

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 214-241. ISSN: 1808-8031

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v20i35.1034>

POR UM COOPERATIVISMO VITORIOSO NA AMAZÔNIA: as estratégias e as ações do Cooperativista Bruno de Menezes (1940 – 1955)¹

FOR A VICTORIOUS COOPERATIVISM IN THE AMAZON: the strategies and actions of the Cooperator Bruno de Menezes (1940 – 1955)

POR UN COOPERATIVISMO VICTORIOSO EN LA AMAZONIA: las estrategias y acciones del cooperativista Bruno de Menezes (1940 – 1955)

RENAN BRIGIDO NASCIMENTO FELIX

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9706-8487>

Doutorando em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA)

Professor da rede pública estadual do Pará (SEDUC/PA)

Bragança/Pará/Brasil

renanbrigido@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo objetiva discutir o cooperativismo operacionalizado pelo literato paraense Bento Bruno de Menezes Costa, com produções variadas no universo das letras. Entretanto, interessamos conectar a doutrina mutualista presente em seus textos, discutindo os aspectos doutrinários, correlacionado a prática de fundação de sociedades mutualistas, que seriam, em sua opinião, a maneira a maneira mais viável de os agricultores da Amazônia enfrentarem o isolamento ao agregarem forças. Analisa-se o tipo de política pública voltada à questão agrária, desdobrada no estado do Pará, nas décadas de 1940 e 1950, para tanto propomos observar a mediação do Serviço de Assistência ao Cooperativismo, uma vez que Bruno de Menezes foi servidor da mesma por um período de dez anos, entre 1945 a 1955. Nesse sentido, utilizamos como metodologia o redimensionamento histórico, proposto pela historiadora Márcia Motta a fim de superar ações dos militantes cooperativistas, reduzidos à mera categorização ideólogos da causa.

Palavras-chave: Amazônia. Cooperativismo. História.

Abstract: This paper aims to discuss the cooperativism operationalized by Bento Bruno de Menezes Costa, a literary man from Pará with varied productions in the universe of literature. However, we are interested in connecting the mutualist precepts present in his texts, discussing doctrinal aspects correlated with the practice of founding mutual societies, which would be - in his opinion - the most viable way for Amazonian farmers to face isolation by joining forces. Thus, we analyzed the type of public policy focused on the agrarian issue institutionalized in the State of Pará in the 1940s and 1950s. To this end, we propose observing the mediation of the Assistance Service to Cooperativism, seen as Bruno de Menezes was their employee for ten years (1945 to 1955). In this regard, we used as our methodology the historical resizing, proposed by the historian Márcia Motta, to overcome the actions of cooperative activists, reduced to the mere categorization of ideologists of the cause.

Keywords: Amazon. Cooperativism. History.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir el cooperativismo operado por el literato paraense Bento Bruno de Menezes Costa, con variadas producciones en el universo de las letras. Sin embargo, nos interesa conectar la doctrina mutualista presente en sus textos, discutiendo aspectos doctrinales correlacionados con la práctica de fundar mutualidades, que sería, a su juicio, la forma más

¹ Artigo submetido à avaliação em julho de 2022 e aprovado para publicação em dezembro de 2022.

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 214-241. ISSN: 1808-8031

viable para que los campesinos amazónicos enfrenten el aislamiento uniendo fuerzas. Se analiza el tipo de política pública centrada en la cuestión agraria, desplegada en el Estado de Pará, en las décadas de 1940 y 1950. Un período de diez años, entre 1945 y 1955. En este sentido, usamos como metodología el redimensionamiento histórico, propuesta por la historiadora Márcia Motta, para superar el accionar de los cooperativistas, reducidos a la mera categorización de ideólogos de la causa.

Palabras clave: Amazonía. Cooperativismo. Historia.

Introdução

O presente artigo objetiva discutir o cooperativismo operacionalizado pelo literato paraense Bento Bruno de Menezes Costa, nascido em Belém, capital do Pará, em 21 de março de 1893 e falecido em Manaus no Amazonas, em 02 de julho de 1963. Conhecido poeta e escritor, um dos percussores do modernismo paraense (FIGUEIREDO, 2012), já nos anos iniciais do século passado contribuía com trabalhos no cenário das letras da Amazônia: *Bailado Lunar* (1924), novela *Maria Dagmar* (1924), *Batuque* (1931) e o Romance *Candunga* (1954), *Boi Bumbá* (1958). Nesse sentido, aqui nos interessa demonstrar as ideias associativistas que defendeu. Evidenciando os resultados que ratificam, em sua opinião, os benefícios que colhiam os agricultores da Amazônia quando deixavam de batalhar isolados para conjugarem forças. Estabelecendo uma política pública voltada à questão agrária, desdobrada no estado do Pará, no contexto da década de 1940 e 1950, o que nos propomos a fazer ao observar a agência do S.A.C. – Serviço de Assistência ao Cooperativismo, uma vez que Bruno de Menezes foi servidor por um período de dez anos, entre 1945 a 1955.

Esse órgão criado pelo governo estadual paraense visava disseminar ações em torno do sistema mutualista. A pasta administrativa visava, em especial, à fomentação de práticas agrícolas, de junção de esforços, buscando conscientizar lavradores por meio da articulação que levasse a adoção do Sistema Cooperativista como forma de superar problemas historicamente existentes. Com isso, o grau de especialização que Bruno de Menezes detinha lhe facultou a multiplicação das ações de união mútua, por conseguinte, a apresentação de resultados práticos a sociedade paraense, por meio da fundação de várias cooperativas, durante a direção dos trabalhos que desenvolveu. O esforço foi no sentido de fazer com que a secretaria que geria ganhasse visibilidade e aceitação. Nos textos que levavam a sua assinatura agregava ainda a defesa ideológica com a adição de resultados práticos, uma espécie de vitrine para a sociedade, como forma de atestar os benefícios do cooperativismo no Pará, conforme discutiremos mais adiante.

Outro fator importante, que nos serve de elemento analítico, uma vez que buscamos observar entre a documentação coligida, diz respeito à militância intelectual, uma

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 214-241. ISSN: 1808-8031

vez que o levou a fazer da Doutrina Cooperativista um tema sobre o qual se debruçou por meio de vários artigos, efetuando, assim, uma defesa militante da junção de esforços associativistas – textos que apareciam com certa regularidade em um periódico de circulação regional no Pará no decurso do século XX. Além da divulgação em palestras e cursos que ministrou em várias ocasiões, inclui-se a assistência às populações rurais – resultando, daí, entre as menções que faziam a seu trabalho, a função docente, no sentido de divulgar de forma didática os benefícios que a adoção ao sistema mutualista tinha a contribuir. Vale ressaltar que os rastros da atividade docente e todo esse entusiasmo pela educação em Bruno de Menezes encontram bases bem anteriores: no início do século, depois de largar o trabalho de tipógrafo, em uma oficina de Belém, passou a ministrar aulas na Escola Francisco Ferrer, fundada pela Federação das Classes Trabalhadoras no Pará (ROCHA, 1994, p. 10).

A historiadora Leila Mourão destacou o poeta quanto às suas ações associativistas, já que a sua atuação do contribuiu no aprofundamento da discussão e da criação de muitas cooperativas nos âmbitos educacional e rural (MOURÃO, 2013, p. 50). A fomentação desse tipo de entidades exigia palestras e frequentes visitas às entidades auxiliadas tecnicamente pelo serviço do qual fazia parte. Por isso, esse tipo de mediação na opinião da historiadora lhe concedeu *alcunha* de professor com o qual era amplamente citado (MOURÃO, 2008, p. 1).

Bruno de Menezes: cooperativista

Muitos estudiosos do cooperativismo, como Diva Pinho (1982), Nerii Cenzi (2011) e Pedro Demo (2002), entendem o cooperativismo como capaz de superar ou reduzir desequilíbrios provocados pela sociedade capitalista. Destacam, entre as suas características centrais, a luta contra o regime capitalista, ou como constituem uma alternativa viável à superação de seus entraves. Essa posição se encontrava nas proposições que o cooperativista Bruno de Menezes expunha de modo sistemático, nos anos de 1940, agregando educação e a união mútua como caminhos à implantação mais duradoura, desde que volta a à formação inicial de estudantes, conforme advertia:

Será, pois, a cooperação compreensiva, partindo da educação estudantil que virá concorrer para recuperação econômica do vale amazônico, quando a começar do mestre escola, e todos quantos vivem nesta natureza pródiga, tão carente de braços para melhor valorizá-la, assentarem, sinceramente, o apostolado doutrinário, as excelências político-sociais, a democratização da economia, através de vários objetivos cooperativistas (MENEZES, 1993, p. 431-437).

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 214-241. ISSN: 1808-8031

Como empreendimento de base mais sólida era de máxima importância que o esforço se voltasse para o campo educacional, pois ao ser levado ao ensino de crianças e jovens o cooperativismo, na concepção de Bruno de Menezes, ensejaria mudanças que levariam a educação a outro tipo de formação. A valorização do coletivo em detrimento da primazia do indivíduo, permitindo a luta contra o interesse personalista, apresentava-se, então, como objetivo a ser alcançado. Aos opositores, que aparecem ao longo do texto, isto é, “[...] educadores, pais de alunos, indivíduos acostumados a prodigalidade da natureza e a escola estática, chamava ao combate nos seguintes termos, para que efetuassem o exame crítico dos resultados colhidos com a adoção dos princípios elementares da ação cooperativista” (MENEZES, 1993, p. 436-437).

Sua tese não se assentava na especulação do que poderia acontecer, mas visava, sobretudo, situar dados que ratificassem os seus argumentos a partir de experiências que deram certo ao abandonar o “individualismo capitalista” pela concepção de igualdade, na partilha do trabalho coletivo (MENEZES, 1993, p. 433-434). Citaria nove nomes, alguns dos quais doutrinários históricos (MOTTA, 2005, p. 135), referências, portanto, nas ações cooperativistas, como os de Fábio Luz, Fernando de Azevedo, Valdiv Moura, Roberto de Menezes, Torres Filho, Urbin Viana, Costa Porto, Anísio Texeira e Arnadi Raposo (MENEZES, 1993, p. 433). Versavam também em pautas educacionais, além de serem obras de referências que se juntavam a outros mais. No esforço de constituir uma “[...] substancial biblioteca sobre a estruturação coletivista do cooperativismo” (MENEZES, 1993, p. 434).

Na documentação periódica pesquisada, Fábio Luz e Roberto de Menezes² apareciam assinando artigos na imprensa local, despontando também como estudiosos do assunto³. Nos textos, intercalavam momentos de militância doutrinária, como lembranças de ações pontuais e agradecimentos em momentos de celebrações. Pode-se depreender da parte de Bruno de Menezes o esforço para conjugar uma expressão mais ampla ao *Cooperativismo Amazônico*. Imbuído do que se vinha consolidando no território nacional, ao mesmo tempo trazia as bases ancestrais, no século XIX, firmadas em Lancashire na Inglaterra⁴ com os

² Os seguintes artigos apareciam assinados pelos cooperativistas: *A Província do Pará*. Belém, n.16.663, 1 out. 1952; *A Província do Pará*. Belém, n.16.705, 12 nov. 1952; *A Província do Pará*. Belém, n. 16.727, 4 dez. 1952; *A Província do Pará*. Belém, n.15.876, 12 ago. 1950; *A Província do Pará*. Belém, n. 17.677, 15 jul. 1955.

³ Além disso, ambos aparecem em destaque como estudiosos do cooperativismo, destacados na: *Bibliografia brasileira de agricultura*, v. I, n. 1, 1956-1958. Rio de Janeiro: Instituto brasileiro de bibliografia e documentação, 1962. Fábio Luz com mais de nove artigos e Roberto Menezes com dois estudos. Disponível em: http://library.wur.nl/isric/fulltext/isricu_i00003092_001.pdf.

⁴ Estes estudos abordam os precursores ingleses: Thompson (2012); Pinho (1982); Singer (2002) e Cenzi (2011).

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 214-241. ISSN: 1808-8031

tecelões *Pioneiros de Rochdale*, cuja ideia enfatizava um alinhamento aos postulados dos primeiros cooperados. Presentes em boa parte das entidades que se multiplicavam pelo mundo, que bebiam nessa primeira fonte ao assinar os seus estatutos de fundação, assentavam-se nos princípios abaixo:

- I. Adesão livre;
- II. controle (ou gestão) democrático;
- III. distribuição das sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados, “pro rata” das operações;
- IV. juros limitados ao capital;
- V. constituição de um fundo para educação; e
- VI. cooperação das cooperativas, em plano local, regional, nacional e internacional (PINHO, 1982, p. 39).

A figura de um dos pioneiros, Carlos Howarth, seria lembrada no artigo publicado no periódico *A Província do Pará*, em julho de 1947, em visibilidade ao 103º aniversário do cooperativismo. A celebração do precursor ganhava de Bruno de Menezes (1993, p. 438) os seguintes atributos, uma vez que Howarth seria chamado por ele enquanto “[...] o Arquimedes da Cooperação”. As lembranças a que se remeteria faziam menção ao caminho trilhado pelos tecelões, a partir das etapas que envolveram “[...] a história singela e heroicamente dramática”. A instalação do primeiro armazém de revenda de trigo de qualidade abriu suas portas em 21 de dezembro de 1844 com capital de 28 libras (SINGER, 2002, p. 41). Nesse sentido, a associação de vinte oito tecelões preconizava tais princípios expostos acima, ou seja, noções sociais e econômicas manifestas nos estatutos, que, na apreciação do autor, eram “geniais” em detrimento da falta de conhecimento desses operários sobre economia política.

Nessa perspectiva, a militância se organizou em torno da educação nos pilares cooperativistas, estruturados na Inglaterra, na França e em outras regiões da Europa, que influenciaram, em certa medida, o que se produziu no Brasil e na Amazônia. Faz-se importante perceber tais associações não como movimentos isolados, não se podendo pensar, entretanto, apenas em reprodução fiel das concepções advindas do velho mundo, pois, além de haver um cooperativismo operado a partir de uma realidade peculiar no solo brasileiro, existiram os arranjos regionais, que produziram um debate expressivo em torno das divergências entre os colaboradores como nos que se recusavam a acartar a doutrina.

Na década de 1950, um levantamento preliminar das cooperativistas em funcionamento no Estado indicou a existência de mais de duas centenas, segundo a historiadora Leila Mourão (2013, p. 41-55), sendo que 42 eram cooperativas escolares, informação que, à época, rendeu ao Pará destaque nacional. Assim, no debate estabelecido por

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 214-241. ISSN: 1808-8031

Bruno de Menezes, as comprovações com frutos seriam evidenciadas se os opositores permitissem “um exame desapassionado” dos colégios, que tinham implantado a educação entendida nos termos de nivelar as condições sociais. Entendia-se, nesse aspecto, que enfrentar a vida individualmente é extremamente mais complicado do que na condição de “cidadãos cooperados”. Desse modo, buscava-se chamar atenção a uma forma de participação, cujo sistema político não fosse democrático por princípio constitucional republicano, mas que viesse imbuído de uma “democracia econômica”, na qual os fundamentos eram dispostos com os seguintes elementos: “[...] distribuição organizada do capital coletivo, da produção metodizada, dos juros devolvidos ao comprador, da suspensão do intermediário” (MENEZES, 1993, p. 431-437). Partia-se do princípio que todo homem que procura ajuda deve estar disposto a socorrer os outros na necessidade (MOTTA, 2005, p. 130).

Nesse intento, eram incluídos trabalhadores rurais das cidades e, principalmente, cidadãos em formação, ou seja, alunos das escolas públicas em um debate que envolvia a defesa do cooperativismo como instrumento capaz de mudar a condição de vida das pessoas, a partir da formação desses princípios nos espaços escolares. Os estudantes seriam, de acordo com Bruno de Menezes (1993, p. 435), livres dos erros educacionais e integrados a esse projeto que se voltava às escolas a fim de formar toda uma geração que pudesse dar fim ao que entendia por um longo ciclo vicioso que criava desigualdades. Por essa razão lhe parecia “[...] natural que tais chefes de família, hoje, não possam acolher de semblante jubiloso e fraterno, as sadias teorias do cooperativismo e muito menos transmiti-las aos que vivem em sua companhia” (MENEZES, 1993, p. 435), em uma visível demonstração de que a não atuação em forma cooperada é resultante do desconhecimento desses princípios que elevariam a condições sociais melhores e menos desiguais.

A política de reforma rural de Bruno de Menezes era mediada pelo que chamava de *Agrarismo Cooperativo Amazônico*⁵, imbuído da tarefa de expor as deficiências gestadas e de lançar mão de todo um arsenal que redundasse em mudanças. Os defendidos pelo cooperativista giravam em torno da especificidade da Amazônia. Não bastava transplantar o que era utilizado em outras áreas do Brasil e do mundo. Em relação à Ásia, embora não especificasse de qual parte do continente abordasse, diria se tratar de um modelo a não ser imitado, uma vez que havia a existência de braços em excesso, a ancestralidade quanto ao amanho da terra, a manutenção de uma tradição com ferramentas e animais, além de

⁵ *A Província do Pará*. Belém, n. 16.427, 8 fev. 1952.

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 214-241. ISSN: 1808-8031

resistência quanto à mecanização, relacionados aos “[...] hábitos dessas populações”⁶. Marcia Motta (2005, p. 16-19) esclarece que a concepção de *agrарismo* esteve associada a inúmeros programas de mobilização de camponeses, espalhados mundo afora nos territórios da Rússia, México e China. No Brasil, a especialista ressalta o papel que os movimentos das Ligas Camponesas e o MST tiveram como desdobramentos em torno dessa articulação rural.

No Brasil, uma das concepções defendidas comumente era a necessidade de um agrarismo conduzido pela modernização da lavoura, a partir da utilização das máquinas. Para o cooperativista, equipar os campos com maquinários não era a solução definitiva a um conjunto de problemas. Tal concepção, no entanto, não ia além, sobretudo no que fazer com as grandes extensões de terras, isto é, fracionar ou mantê-las como tal, pois como o discurso se voltava apenas ao aumento da produtividade, questões essenciais ficavam de lado. O impasse central da reforma agrária brasileira, historicamente, não superou como deveria ser efetuada a divisão das terras, à medida que a preocupação com o latifúndio quase sempre era esvaziada dos debates centrais para não atingir os interesses dos grandes proprietários (BRUNO, 1995; OLIVEIRA, 2018).

Nas décadas anteriores ao nascimento do Estatuto da Terra, os temas fundamentais da reforma agrária seguiam uma lógica parecida. Para Bruno de Menezes, os problemas decorrentes do uso das terras não estavam na forma de divisão dos lotes, isto é o latifúndio e o minifúndio, mas em uma política de reforma agrária que não se voltava às particularidades locais da Amazônia⁷, principalmente por não entender o papel que práticas coletivistas agrárias ocupariam nesse processo de transformação. O primordial seria um “[...] ruralismo prático, para desenvolvê-las em cada região do território nacional, levando em conta o progresso em algumas e o atraso e o problema de outras”⁸.

O agrarismo aparecia nas feições de um cooperativismo que proporcionaria ensino, organização e reconhecimento do esforço dedicado à terra, permitindo, desse modo, que “[...] o cooperado reconhecesse ser esse o meio econômico e lucrativo de trabalho”⁹. A concepção solidária se afirmava quase sempre ao final dos textos, semelhantemente a um brado, ou em uma espécie de estandarte, que deveria ser erguido a fim de que as interrogações sobre o futuro da Amazônia fossem respondidas.

⁶ A *Província do Pará*. Belém, n. 16.427, 8 fev.1952. p. 4.

⁷ A *Província do Pará*. Belém, n. 16.427, 8 fev.1952.

⁸ A *Província do Pará*. Belém, n. 16.427, 8 fev.1952. p. 4.

⁹ A *Província do Pará*. Belém, n. 16.427, 8 fev.1952. p. 4.

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 214-241. ISSN: 1808-8031

Como, porém, iniciar-se essa reação da Amazônia? Como se operar a transformação de uma existência desesperançada, sem ver uma compensação melhor do seu sacrifício, com a divisão equitativa do pão para todos, transformação que faça do artesanato, do homem do campo, uma classe organizada, que concorra para defesa das populações mais sofridas, que lhe facilite alfabetização, saúde e alimentação? Só batalhando por implantar um cooperativismo de ação honesta, em todos os setores das atividades agrárias, extrativas, industriais, mecanizadas, que explorem rudimentarmente o solo exubere, que nos acena a inesgotável abundância de suas reservas (MENEZES, 1993, p. 436).

As experiências adotadas em outros lugares eram descritas com grande entusiasmo, no afã de que mais empreendimentos surgissem na Amazônia. Nesse sentido, notava-se o esforço para apresentar testemunhos da história cooperativista, ao mesmo tempo em que juntava as resultantes do esforço pessoal. Por essa razão, não consideramos isso uma ruptura entre aquilo que veio a ser a sua relação principal de trabalho ao longo de 35 anos de carreira, em especial o último decênio quando assumiu o cargo de direção, pois poderia se tentar reduzir o peso do cooperativismo de Bruno de Menezes, ao avaliar do pelo prisma profissional. Porém, a relação que temos discutido é a de um cooperativismo construído a longo prazo, fruto do interesse pessoal, por entender o sistema como um meio para superar os dilemas econômicos que a população pobre enfrentava.

A sua trajetória de vida vem ratificar uma luta iniciada ainda na juventude contra a opressão capitalista, um idealismo que via benefícios claros para os indivíduos no enfrentamento de problemas comuns (FIGUEIREDO, 2006, p. 70), (ROCHA, 1994, p. 10). As palavras de Hermes Cardoso, que assumiria o lugar de diretor, ressaltariam as marcas da ligação que extrapolava a condição de funcionário público, pois nos agradecimentos pedia que Bruno de Menezes “mesmo fora das lides oficiais, continueis a servir aos ideais cooperativistas pelos quais sempre vos batestes”¹⁰. Marília Menezes, filha do cooperativista, comentando o centenário do nascimento de seu pai, destacaria o seguinte aspecto:

Assim, recordando, eu lembro que amava muito meu pai e ele tinha por mim uma afeição especial, e sabia manifestá-la de diversos modos como, por exemplo, ao me levar várias vezes a Tomé Açu, jovem professoranda, para as suas inspeções como técnico de cooperativismo. Certa ocasião li até uma palestra sobre Cooperativismo escolar, assunto que o apaixonava particularmente, porque achava que a mentalidade do “um por todos e todos por um” deveria vir desde a infância. Como me lembro, em meu serviço no interior da Amazônia, de uma frase de meu pai, quando via a realidade sofrida do povo de Tomé Açu: “Gosto demais do interior. Devemos esforçar-nos mais para desenvolver os nossos interioranos”¹¹.

¹⁰ *A Província do Pará*. Belém, n.17.677, 25 mar. 1956.

¹¹ *O Diário do Pará*. Belém, n. 25.970, 25 de mar. de 1993. p. 5.

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 214-241. ISSN: 1808-8031

Um ofício de agradecimento, publicado no momento da sua aposentadoria, no periódico *A Província do Pará*, fazia menção a duas situações fundamentais aqui relacionadas: a prática profissional desenvolvida à frente do órgão, na condição de diretor do departamento, e a junção à docência na divulgação do cooperativismo. Nesse aspecto, o pequeno agradecimento expressava:

Louvido o trabalho do prof. Bruno de Menezes

Inteligência a serviço das ideias cooperativas

O prof. Bruno de Menezes diretor do Departamento de Cooperativismo e Assistência Social Rural, recebeu o seguinte ofício: ‘Acusamos o recebimento de vosso ofício n.9 de 14 de janeiro próximo findo, no qual nos comunicais terdes requerido ao Governo desse Estado e obtido vossa aposentadoria por contardes mais de 35 anos de serviço efetivo, dos quais dez anos à frente do Departamento de Cooperativismo e de Assistência Social Rural.

Ao mesmo tempo que vos agradecemos a comunicação queremos louvar a colaboração que sempre encontramos de vossa parte, no sentido da maior divulgação da doutrina cooperativista nesse estado, tarefa idealística em que empenhaste vossas sinceridades, honorabilidade e dedicação.

Assim sendo ao recebermos vossas despedidas, fazemo-vos um apelo para que, mesmo fora das lides oficiais, continueis a servir aos ideais cooperativistas pelos quais sempre vos batestes.’

Atenciosas saudações

a) Hermes Machado Cardoso, Diretor¹².

Os governos estaduais se alteravam, e manter o equilíbrio no cargo de chefia por dez anos consecutivos poderia encontrar esbarros¹³, uma vez que jogar nesse tabuleiro não era tão fácil. Contudo, os seus esforços em torno da doutrina eram mantidos por meio de uma militância que ia além da tarefa oficial. Por isso, Alonso Rocha (1994, p. 31), dedicando um pequeno exame à atividade pública, registraria momentos de situações complicadas, em meio aos embates. Nesse particular, citou um trecho de uma carta dirigida a Fábio Luz, na qual se queixava das dificuldades em reabilitar o cooperativismo em função dos ataques de “aventureiros” protegidos “pela política”.

¹² *A Província do Pará*. Belém, n. 16.838, 25 mar. 1953. p. 13.

¹³ Entre esses interventores federais, no momento em que Bruno de Menezes dirigiu o Serviço de Assistência as Cooperativas: Magalhães Barata (08/02/1943 a 01/05/1945), João Guilherme Lameira Bittencourt (29 a 30/10/1945), Alexandre Zacarias de Assumpção (30/10/1945 a 06/11/1945), Manuel Maroja Neto (06/11/1945 a 09/02/1946), Otávio Augusto de Bastos Meira (09/02/1946 a 09/12/1946), José Faustino dos Santos e Silva (09/12/1946 a 11/03/1947), Luiz Geolás de Moura Carvalho (11/03/1947 a 29/06/1950), Waldir Bouhid (30/06 a 16/07/1950), Alberto Engelhard (17/07/1950 a 24/01/1951), Arnald Valente Lobo (27/01/1951 a 09/02/1951), Abel Nunes de Figueiredo (09/02/1951 a 20/02/1951), Alexandre Zacarias de Assumpção (20/02/1951 a 31/01/1956). In: (CASTRO, 2014).

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 214-241. ISSN: 1808-8031

Thompson (2012, p. 539), ao discutir a manutenção do status quo e a atenuação das lutas de classe que o associativismo promoveu em distritos ingleses com tradições sindicalistas de ajuda mútua, analisou que “[...] a cooperação oferecia um movimento onde racionalista e cristãos, radicais e politicamente neutros podiam trabalhar juntos”. Avaliando as ações de Robert Owen, o historiador entendia que havia imprecisão quanto às práticas de ruptura contra o sistema capitalista. Em New Lanarck, na Escócia, nos anos iniciais do século XIX, o inglês Owen buscou fazer da ação implementada entre os trabalhadores da fábrica de algodão um projeto, que deveria ser difundido pelo governo da Inglaterra, em termos das novas disciplinas de trabalho, que havia familiarizado os desregrados diaristas rurais escoceses. Essa situação permitiria a convivência de tendências distintas no abrigo da união coletiva, pois o edifício capitalista continuaria intacto, preservando, além da propriedade privada, todas as garantias políticas e econômicas, já que os membros trabalhavam não para a superação dessas contradições, mas para eles mesmos e pela melhora particular (THOMPSON, 2012, p. 519). Para Marx, o entendimento vinha também em bases parecidas, alegando manter a miséria do proletariado, uma vez que não abrangia a mudanças sociais mais expressivas (MOTTA, 2005, p. 129).

Com isso, a incompreensão talvez apareça se tentarmos desviar o cooperativismo de Bruno de Menezes, alheio a uma proposta de governo, no sentido de que existiam encaminhamentos oficiais a serem implantados e ele deveria segui-los seja pelo idealismo ou pelo compromisso profissional. Assim, afirmações que as autoridades eram “benignas” ao reajustarem o salário do trabalhador parecem destoar das demais defesas sustentadas em suas abordagens, principalmente se mantivermos a avaliação na indicação de Thompson, frente aquilo que avaliava da herança owenista entre os ingleses. Porém, a nossa proposta não está em redimir as concepções do cooperativista, tampouco considerar que a sua experiência histórica seguiu, dentro do ideal de emancipação, as classes operárias. De fato, Bruno de Menezes foi um representante do Estado, filho de seu tempo. Contudo, isso não esvaziava o papel da escrita militante e da doutrina sobre as quais lançava o seu programa de transformação agrária na Amazônia. Nessa linha, a categorização de simples ideólogo da causa diz respeito a um entendimento que subestima a ações desses atores sociais, ao não permitir enxergar o real significado desse movimento no país (MOTTA, 2005, p. 132), o que acaba por reduzi-la enquanto artifício de promoção de ações dentro do setor agrícola do Pará, permitindo-nos ainda, no presente artigo, discutirmos a experiência de Bruno de Menezes enquanto cooperativista. E o nosso propósito é o de proporcionar uma análise que agregue

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 214-241. ISSN: 1808-8031

ações agrícolas, em termos do que foi realizado, permitindo sair da indicação pontual, ou somente um espaço a mais a ser preenchido em sua biografia de romancista e poeta.

As ações do S.A.C. e as estratégias do cooperativista Bruno de Menezes

O cooperativismo pode ser assimilado como uma causa defendida por alguns indivíduos, com o objetivo de conjugar esforços, a fim de que a união possa engendrar meios coletivos a problemas enfrentados pelo grupo, ou seja, solidariamente promovem a realização de suas aspirações e satisfação das necessidades de cada um (MOTTA, 2005, p. 127), desdobrando-se em lutas com características diversas, desde a negociação de preços, na compra coletiva de sementes, instrumentos agrícolas, arcando com os custos da limpeza das terras por meio do rateio das despesas do maquinário, divisão de trabalhos, empréstimos de capital. Desse modo, o cooperativismo não se restringe, portanto, a uma única frente de intervenção social. As ações se vinculavam também a promoções de políticas públicas do Estado, nas quais interventores federais e governadores eleitos pela escolha popular frequentemente assinavam decretos, atos e portarias incentivando a criação de entidades mutualistas¹⁴.

O Pará ocupava uma posição de destaque, caso se considere que detinha o número maior de cooperativas em funcionamento voltadas ao serviço rural na região Amazônia. A fomentação de entidades de socorro mútuo, em grande medida, podia ser pensada pela agência do Estado. Por meio do S.A.C., entendia-se que tinham um papel essencial na promoção dos negócios rurais dentro do território paraense. Uma reportagem apresentando dados estatísticos do estudo do S.E.R (Serviço de Economia Rural), órgão federal, ligado ao Ministério da Agricultura, que fiscalizava o funcionamento de todas as entidades cooperativas brasileiras, por meio dos departamentos regionais, fez a seguinte indicação regional no período:

¹⁴ BIBLIOTECA ARTHUR VIANA – FUNDAÇÃO CULTURAL TANCREDO NEVES. *Diário Oficial do Estado*, Belém, coleções: out. 1930 – nov. 1937; BIBLIOTECA ARTHUR VIANA – FUNDAÇÃO CULTURAL TANCREDO NEVES. *Diário Oficial do Estado*, Belém, coleções: nov. 1937 – mar. 1947; BIBLIOTECA ARTHUR VIANA- FUNDAÇÃO CULTURAL TANCREDO NEVES. *Diário Oficial do Estado*, Belém, coleções: mar. 1947 – out. 1960.

Tabela 1 – Cooperativas em Funcionamento no Norte do Brasil

| Regiões e unidade de Federação | Cooperativas existentes | Número de Associados |
|---------------------------------------|--------------------------------|-----------------------------|
| Norte | | |
| Guaporé | 2 | 69 |
| Acre | 9 | 420 |
| Amazonas | 11 | 845 |
| Rio Branco | 1 | 37 |
| Pará | 66 | 2.445 |
| Amapá | 3 | 208 |

Fonte: *A Província do Pará*¹⁵.

Leila Mourão (2013, p. 41-55), ao estudar o cooperativismo no Pará, sugeriu a divisão em três períodos: o cooperativismo instituído (1912-1937); a afirmação e o apogeu (1938-1946); e o refluxo e a revisão (1946-1964). Para a autora, a participação ativa de Bruno de Menezes observa-se na segunda fase, pois houve o ensejo muito forte da política do Estado Novo em torná-lo meta de governo, em função das disposições políticas do contexto para integrá-lo aos empreendimentos do Poder Público. Essa situação se concretizava no Pará, sob os auspícios da administração de Joaquim Magalhães Barata, interventor federal. A estudiosa chegou a essas conclusões ao analisar o Decreto-Lei nº 3547, que criava o Serviço de Assistência ao Cooperativismo do Estado do Pará, vinculado à diretoria-geral do Departamento de Agricultura do Estado, designando para a direção Bruno de Menezes, Plácido Portela e Luís Ribeiro (MOURÃO, 2013, p. 49).

A divisão, embora pudesse esclarecer o desenvolvimento dos empreendimentos de benefício mútuo, não representava as experiências de modo mais detido do agente público, na qualidade de gestor do referido serviço. No ano de 1946, ao mesmo tempo, representaria dois entendimentos diferentes, no caso, o apogeu e o refluxo. A atuação de Bruno de Menezes, também na década de 50, pode ser vista não um refluxo, mas como uma consolidação que se firmava gradativamente pela criação de mais entidades, em especial por visarem à ampliação do mutualismo agrário na Amazônia. Além disso, outros especialistas observaram o aumento de cooperativas no Brasil a partir da década de 1950, com exposição de números que indicam o aumento regional Cenzi (2011) e Pinho (1982).

Procedendo à observação acerca do que a imprensa destacava dessas disposições de Magalhães Barata, encontramos uma notícia no periódico *O Estado do Pará*, que versava sobre a questão, assim afirmando:

¹⁵ *A Província do Pará*. Belém, n. 16.800, 15 fev. 1953.

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 214-241. ISSN: 1808-8031

O Serviço de Assistência ao Cooperativismo no Pará veio preencher a sua finalidade precisamente no mês de junho do ano passado, quando o Sr. interventor federal, coronel Magalhães Barata, transferiu para a Diretoria Geral do Departamento de Agricultura do Estado. O chefe da secção do S.A.C. sr. Bento Bruno de Menezes Costa, expos que, “preliminarmente, para se ter uma noção de como dirigiam os trabalhos de cooperativismo, tivemos de promover um balanço da C/C do Serviço, no Banco do Brasil, o que deu em resultado se conhecer um montante de retiradas, sem documentos probantes, na importância de CR\$ 237.390,00, que está a depender de recolhimento ao S.A.C, assim que o responsável por essas retiradas esclareça como se processaram para os devido assentamentos e a prestação de contas anual¹⁶.

A reportagem destacava o aspecto de financiamento estatal das entidades cooperativistas, e as linhas de crédito eram um fator de interesse das cooperativas para sua organização financeira e acesso aos benefícios, tais como: isenção de impostos, visitas técnicas, união entre cooperativas correlatas e muitas outras contrapartidas apresentadas pelo serviço, que sistematicamente eram comunicadas pela imprensa. Aspecto esse que se relacionava com as ideias de Bruno de Menezes (1993, p. 431) ao estimular os trabalhadores iguais em ofício a vencerem o individualismo, conjugando as forças a fim de colherem os “[...] benefícios que usufruem os componentes de grupos profissionais, quando transformados em cidadãos cooperados”.

Nessa linha, ressalta-se o fortalecimento das cooperativas agrícolas, com as suas junções em federações rurais como parte de um modelo celebrado na época, pelo governo paraense, no qual o desenvolvimento rural deveria agregar o maior número possível de entidades afins. Um por todos e todos por um, parecia caber na tônica empregada, pois embora os trabalhadores já se encontrassem articulados em uma associação, pelo projeto governamental fomentado, quanto mais cooperativas se integrassem maiores seriam as possibilidades que os negócios agrícolas alcançariam. Nesse caso em particular, as matérias jornalísticas evidenciavam essa estratégia na qual o governo se encarregava de estimular um modelo mais abrangente. O entendimento era o de que ao fomentar a junção de trabalhadores rurais já vinculados em alguma forma de união cooperativista o resultado seria mais produtivo. As notícias caminhavam na sinalização de resultados mais expressivos, caso as entidades se filiassem em federações¹⁷.

Nas reportagens e comunicações oficiais frequentemente noticiavam as atividades do Serviço de Assistência ao Cooperativismo – SAC, como uma estratégia de divulgação dos

¹⁶ *O Estado do Pará*. Belém, n. 11.418, 19 abr. 1944. p. 2.

¹⁷ *A Província do Pará*. Belém, n. 16.261, 4 set. 1951; *A Província do Pará*. Belém, n. 16.270, 13 set. 1951; *A Província do Pará*. Belém, n. 17.351, 20 ago. 1954.

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 214-241. ISSN: 1808-8031

benefícios voltados às cooperativas. Entre os títulos divulgados nos jornais, pode-se destacar a) "Isenção de imposto de renda às cooperativas – pronuncia-se a respeito o SAC; b) Financiamento do BB as cooperativas de crédito – ofício recebido por Bruno de Menezes; c) Preparando a federação das Ass. Rurais do Pará – Bruno de Menezes representando o SAC e d) Registro administrativo a várias cooperativas paraenses – resultado da viagem do prof. Bruno de Menezes"¹⁸. Por isso, é possível considerar que tais propagandas contribuíram para o surgimento legal de mais associações mutualistas:

Concedido registro administrativo a várias cooperativas paraenses
Resultado da viagem do professor Bruno de Menezes, chefe do
Serviço de Assistência ao Cooperativismo, à Capital Federal

Em sua recente viagem a capital do país, a serviço da repartição que dirige o prof. Bruno de Menezes, junto ao Serviço de Economia Rural, teve ensejo de tratar de vários assuntos pertinentes ao cooperativismo paraense e às sociedades cooperativas na sua gestão.

[...] o chefe do S.A.C., obteve a regularização de diversos processos de cooperativas regionais que estavam dependendo de formalidades consubstanciadas em lei.

Com o desembaraço dessas medidas, foram expedidos os certificados de registro administrativo de cooperativas sediadas no território paraense que assim entram na posse de sua personalidade jurídica e se habilitam a receber os favores da lei:

Cooperativa dos Plantadores de Fumo de Bragança, registro n.3.636, de 9/5/950; Cooperativa de Consumo dos Ferroviários de Marituba, registro n.3.639, de 10/5/950; Sociedade Cooperativa Igarapeassuense, registro n.3.892, de 9/9/950; Sociedade Cooperativa Agrícola de Granjeiros Bragantina, registro n.3.927, de 14/11/951, e Cooperativa Escolar Hachiro Fukuhara, registro n.3.928, de 14/11/951 [...] ¹⁹.

Entendemos que a concessão do registro final e a liberação do funcionamento eram muito mais do que uma tramitação legal qualquer, mas o ponto culminante de seus esforços, uma vez que, no correr de toda a papelada, possivelmente, muitas não conseguissem vencer todas as amarras das esferas estadual e federal. Por essa razão, o chefe do SAC tinha em mãos uma resposta convincente àqueles que desacreditavam dos benefícios das entidades, não enxergando proveitos na organização de cooperativas, ou que pressionavam o serviço de assistência com imposições burocráticas. Vale ainda considerar que as entidades oficializadas refletiam a variedade das modalidades de associativismo, a qual Bruno de Menezes entendia como fundamentais ao Estado do Pará, da agrícola a escolar, além do fato de que

¹⁸ Segue o detalhamento do momento em que foram divulgadas, respectivamente: *A Província do Pará*. Belém, n. 16.099, 23 mar. 1951; *A Província do Pará*. Belém, n. 16.228, 2 ago. 1951; *A Província do Pará*. Belém, n. 16.261, 4 set. 1951; *A Província do Pará*. Belém, n. 16.338, 20 nov. 1951.

¹⁹ *A Província do Pará*. Belém, n. 16.338, 20 nov. 1951. p. 3.

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 214-241. ISSN: 1808-8031

funcionavam em diversos lugares, confirmando, então, que a sua tática objetivava o alcance regional e não somente Belém.

Por outro lado, as cobranças mantinham também o fluxo das diretrizes institucionais, semelhantes às que eram normatizadas pelo Serviço de Economia Rural – e algumas dessas exigências eram publicadas no jornal, impondo normas administrativas, nos seguintes termos:

RECOMENDAÇÕES DA ECONOMIA RURAL AO DEPARTAMENTO DE COOPERATIVISMO – “CIRCULAR N.º 2549 – Em, 13-08-1954 – Do Diretor do Serviço de Economia Rural / Ao Sr. Diretor do Departamento de Cooperativismo do Pará – Assunto: Providência para fiscalização de Cooperativas.

Examinado, através da Seção de Registro e Fiscalização das Sociedades Cooperativas, os boletins mensais desse Órgão, referentes aos documentos contábeis recebidos das cooperativas sediadas nesse Estado, verificamos que muitas dessas cooperativas estão inativas e outras, em franca transgressão da lei, pela falta de remessa obrigatória de documentos, aos Órgãos fiscalizadores.

2. A fim de coibir os abusos, recomendamos que esse Órgão tome imediatas providências junto às faltosas, procedendo, se fôr necessário, na forma do Art. 5º do regulamento aprovado pelo Decreto 6.980, de 19-3-41. Nos demais casos, cabe a esse Órgão tomar as providências que couberem, visando um possível soerguimento, deverão ser tomadas as medidas necessárias ao cancelamento do registro das cooperativas em causa visto como não é recomendável que continuem figurando, nas estatísticas, entidades que entraram em período de atonia, com cessação de suas atividades, ou que foram definitivamente abandonadas pelos associados.

3. Recomendamos, ainda que esse Órgão publique o edital de que trata a Circular n.º 2.563, de 26-11-48, ou que proceda na forma recomendada pela Circular n.º 792, de 1-4-52, quando fôr o caso. E ao expirar o prazo de publicação para efeito de cancelamento.

4. Favor acusar o recebimento.

Atenciosas saudações *Joaquim Alfredo da Silva Tavares* – Diretor²⁰.

Nas comunicações do Serviço de Economia Rural, verificamos também posições alusivas às estatísticas de crescimento do número de entidades associativistas, em destaque à região Norte do Brasil, e em particular, o estado do Pará, que detinha o maior número de associações rurais reconhecidas. Esse motivo fazia do informe interno da agência, dirigida por Bruno de Menezes, ir parar nas páginas do periódico *A Província do Pará*, em uma clara

²⁰ *A Província do Pará*. Belém, n. 17.378, 16 set. 1954. p. 11.

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 214-241. ISSN: 1808-8031

estratégia de evidenciar as marcas que o seu trabalho vinha consolidando. Vejamos como as exposições dos dados refletiam essa perspectiva:

No setor cooperativista: ampliadas as atividades do Serviço de Economia rural

O sr. Bruno de Menezes, chefe do Serviço de Assistência ao Cooperativismo, recebeu um exemplar mimeografado da introdução do relatório referente ao ano de 52, apresentação ao dr. J. Cleofas de Oliveira, ministro da Agricultura, pelo dr. Antonio de Arruda Câmara, diretor do Serviço de Economia Rural [...]

A organização associativa da classe rural apresentou um movimento animador. O número de entidades reconhecimento das que era de 512, em 1951, elevou-se para 736 em 1952, sendo 717 do primeiro grau, 18 do segundo e 1 do terceiro. [...] As entidades reconhecidas estão distribuídas por todas as regiões econômicas do país²¹.

Tabela 2 – Número de cooperativas

| Regiões e Unidades da Federação | Associações reconhecidas | Número de associados |
|--|---------------------------------|-----------------------------|
| Norte | | |
| Acre | 2 | 249 |
| Amazonas | 1 | 62 |
| Pará | 16 | 1086 |

Fonte: *A Província do Pará*²².

No decurso da década de 1940 e 1950, o departamento passou por algumas modificações de nomes, chamado no primeiro decênio e nos quatro primeiros anos da década de 50 de SAC – Serviço de Assistência ao Cooperativismo. Porém, a partir de março de 1954 a nomenclatura ficou maior, ou seja, DCASR – Departamento de Cooperativismo e Assistência Social Rural, em função de algumas medidas tomadas na época pelo governo estadual, que visavam agregar uma assistência social diferenciada aos agricultores. A documentação periódica pesquisada nos indicou que essas mudanças resultaram de um ordenamento, que tinha por objetivo praticar uma assistência de caráter social mais específico para as populações rurais do Pará.

Como chefe do serviço voltado diretamente ao cooperativismo, Bruno de Menezes lidava com uma pauta burocrática que incluía diversos aspectos legais. Os procedimentos iniciais visavam ao esclarecimento das etapas iniciais de como funcionava uma cooperativa. Nesse trâmite, exigia palestras esclarecendo as vantagens da doutrina, o que incluía inúmeras conversas com os sujeitos interessados, situação que o impelia

²¹ *A Província do Pará*. Belém, n. 16.800, 15 fev. 1953. p. 3.

²² *A Província do Pará*. Belém, n. 16.800, 15 fev. 1953.

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 214-241. ISSN: 1808-8031

constantemente a uma frente de trabalho fora da repartição. Ele exigia também visitas ao local no qual se encaminhavam os procedimentos de abertura das cooperativas. Decorridas tais etapas seguiam-se as disposições burocráticas, a organização de um estatuto, a eleição de uma mesa diretora, enfim toda a regulamentação que o Estado normatizava para o reconhecimento da nova entidade, para que assim pudesse gozar dos benefícios que a legislação assegurava²³.

Em consequência disso, a fiscalização se fazia presente entre as disposições do departamento, como a de estar em dia com toda papelada burocrática. As visitas técnicas do Serviço poderiam resultar em autuações, estabelecendo prazos para ficar em dia com determinadas documentações, o que poderia acarretar até o cancelamento do registro da entidade. Nas comunicações de editais, portarias e outros aspectos, o caráter oficial do cargo aparecia no final nos termos: “Bruno de Menezes, Chefe do SAC”. As fontes periódicas coligidas seguiam a forma abaixo:

DETERMINADA MINUCIOSA INSPECÇÃO A TODAS AS
COOPERATIVAS DO ESTADO

Instruções baixadas pela chefia do Serviço de Assistência ao Cooperativismo

O prof. Bruno de Menezes do Serviço de Assistência ao Cooperativismo baixou, ontem, uma portaria resolvendo dar a conhecer aos funcionários deste Serviço, Contabilistas e oficiais administrativos o teor das instruções para inspeções das cooperativas, fornecidas pelo Serviço de Economia Rural a esta Chefia:

As inspeções deveram abranger:

I) a escrita verificando-se:

a) a existência dos livros exigidos por lei (Diário, Razão, Caixa, Copiador, Livro de inventario e Balanço, Livro de Atas, Livro de Matrícula) e dos auxiliares necessários a cada caso;

b) se os livros acima revestem as formalidades extrínsecas e intrínsecas que lhes dizem respeito (termos de abertura e encerramento, rubrica de folhas, etc.);

c) se a escrituração está em dia e se está sendo feita de forma técnica adequada; [...]

Registe-se, Cumpra-se e publique-se

BRUNO DE MENEZES, Chefe do SAC²⁴.

A execução dessas normativas e das constantes comunicações, além de uma espécie de balanço das metas que o gestor do SAC estabelecia, vinha também atrelada às cobranças em função dos recursos destinados aos departamentos de Estado, por meio das prestações de contas do governo estadual, sistematicamente publicadas entre 1951 a 1956. Na

²³ *A Província do Pará*. Belém, n. 16.135, 28 abr. 1951.

²⁴ *A Província do Pará*. Belém, n. 16.135, 28 abr. 1951. p. 8.

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 214-241. ISSN: 1808-8031

forma de balancetes expostos mensalmente aos leitores de *A Província do Pará*, selecionamos duas prestações de contas, a fim de ressaltar o repasse financeiro feito pelo governo estadual ao departamento chefiado por Bruno de Menezes, em dois períodos, um deles anterior à mudança de nome do SAC, a fim de enfatizar que tal ação não representou aumento no orçamento destinado ao órgão cooperativista. Vejamos as prestações de contas:

FOMENTO

Departamento de Agricultura.....26.173,20
 Fomento da Produção Vegetal....287.600,00
 Fomento da Produção Animal....100.000,00
 Fomento Econômico em Geral....39.000,00
 Serviço de Classificação de Produtos....25.907,70
 Serviço de Colonização e Reflorestamento....12.353,00
 Serviço de Assistência ao Cooperativismo....16.001,00²⁵

SECRETARIA DE ESTADO DE FOMENTO

Secretaria de Estado e Gabinete....27.788.40
 Departamento de Administração....15.406.40
 Departamento de Fomento....12.135.50
 Departamento de Colonização....10.206.30
 Departamento de Cooperativismo e Assistência Social Rural....12.466.70
 Departamento de Classificação de Produtos....32.530.70
 Fomento da Produção Vegetal....312.500.00
 Fomento da Produção Animal....175.000.00²⁶.

Acreditamos que a responsabilidade de Bruno de Menezes como agente público endossava um trabalho que sustentava o mutualismo de uma forma que superasse as burocracias do estado. Isso pode ser observado, principalmente, pela colaboração técnica que colocava à disposição dos novos cooperados – agenda constituída no corpo a corpo das palestras, recorrendo a uma oratória convincente, semelhante a que usava nos artigos jornalísticos, a fim de apontar as possibilidades de transformar esforços individuais em empreendimentos que agregavam o fazer coletivo.

Nessa perspectiva, o agrarismo aparecia nas feições de um cooperativismo que proporcionaria ensino, organização e reconhecimento do esforço dedicado à terra, permitindo que “[...] o cooperado reconhecesse ser esse o meio econômico e lucrativo de trabalho”²⁷. A concepção solidária se afirmava quase sempre no final dos textos, semelhantemente a um brado, ou a uma espécie de estandarte, que deveria ser erguido a fim de que as interrogações sobre o futuro da Amazônia fossem respondidas.

²⁵ *A Província do Pará*. Belém, n. 16.329, 11 nov. 1951. p. 12.

²⁶ *A Província do Pará*. Belém, n. 17.189, 11 mar. 1954. p. 7.

²⁷ *A Província do Pará*. Belém, n. 17.189, 11 mar. 1954. p. 4.

Como, porém, iniciar-se essa reação da Amazônia? Como se operar a transformação de uma existência desesperançada, sem ver uma compensação melhor do seu sacrifício, com a divisão equitativa do pão para todos, transformação que faça do artesanato, do homem do campo, uma classe organizada, que concorra para defesa das populações mais sofridas, que lhe facilite alfabetização, saúde e alimentação? Só batalhando por implantar um cooperativismo de ação honesta, em todos os setores das atividades agrárias, extrativas, industriais, mecanizadas, que explorem rudimentarmente o solo exubere, que nos acena a inesgotável abundância de suas reservas (MENEZES, 1993, p. 436).

A referência que Bruno de Menezes apresentava como modelo a ser imitado, na qualidade de um exemplo pontual de um cooperativismo bem amadurecido, advinha das colônias japonesas existentes no Pará. Nelas não só se colhia uma produtividade racionalizada na tutela de um moderno cultivo²⁸, pois ressaltava os elementos diferenciados em que “[...] circulação das máquinas no regime cooperativo”²⁹, e na educação rural como prática constante. Era possível se dizer que, na Amazônia, a solução para a reforma agrária não seria o fracionamento da terra, nem o latifúndio extensivo, mas “[...] uma rede de cooperativas robustas”³⁰ integrando-as nos pilares da educação e de uma agricultura moderna.

Evidenciar resultados de cooperativas vitoriosas no Pará

[...] essa maneira de encarar a prática de tal regime, em nosso meio, precisa ser combatida com a evidência de resultados concretos, obtidos por associações de cooperativas vitoriosas no Pará (MENEZES, 1993, p. 431).

A nova política do setor agrário, que ganhava as páginas dos periódicos, conforme abordaremos nesta seção, fazia da plataforma cooperativista um alicerce voltado a distintos problemas existentes no Pará. O ponto alto desses debates ocorreu principalmente em 1954. A razão procedia dos nexos que o momento criava para conectar teses já esboçadas nos anos anteriores. A linha de pensamento de Bruno de Menezes, do modo que temos visto, conserva-se fiel à posição de demonstrar o que a Amazônia vinha enfrentando em termos de uma colonização dirigida com estratégias que não foram bem-sucedidas na ocupação do território, por isso sinalizava meios viáveis ao enfrentamento dos entraves.

²⁸ Para mais informações sobre o cultivo agrícola e a dimensão histórica da ocupação do solo na Amazônia, no século XIX, consultar: Nunes (2011).

²⁹ *A Província do Pará*. Belém, n. 16.427, 8 fev.1952. p. 4.

³⁰ *A Província do Pará*. Belém, n. 16.427, 8 fev.1952. p. 4.

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 214-241. ISSN: 1808-8031

Entre as aberturas que o contexto permitiu, situamos as comemorações dos 25 anos da Colônia Agrícola de Tomé-Açu, constantemente veiculadas pela imprensa local, em uma série de reportagens, umas ocupando páginas inteiras, outras no formato de artigos e entrevistas, expondo-as como vitrine de um empreendimento vitorioso. Essa história era contada nos marcos da migração japonesa ao Pará, com a formação em 1929 do núcleo colonial, naquele momento integrada ao território do município do Acará, parte norte do estado.

O amplo destaque derivou daquela que se tornava a porta-voz de toda a celebração, a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé- Açu – CAMTA, mesmo não sendo a primeira entidade formada. Com a chegada dos japoneses na Amazônia, à medida que a Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S.A., instalada em Tomé-Açu, foi a organização que movimentou os passos iniciais dos interesses agrícolas. Contudo, a produção de arroz, um dos focos da companhia, dado o grau de importância na dieta oriental, ao ser produzido em grande quantidade para ser colocado no mercado de Belém, afetou o preço da saca, de maneira que houve grande prejuízo³¹.

A Segunda Guerra Mundial acabou por agravar a situação, em função do alinhamento do Brasil aos Estados Unidos, acirrando as dificuldades da companhia pelas dívidas acumuladas e também pela venda e pelo confisco de bens que sofreram os japoneses. Em 1946, a união de lavradores lançou as bases para a criação da entidade, com a assistência do governo do estado. O objetivo em fomentar a produção levou a opção pelo que se converteria no principal produto, a pimenta do reino, transformada no símbolo dos festejos que embalsamaram a ocasião.

Tal contexto estava evocado na reportagem intitulada “De duas mudas de pimenta do reino a 500 mil pés em 1954”³², trazendo uma narrativa laudatória, centrada nas conquistas da entidade. O texto assim dispunha: “A Cooperativa é a mais rica e progressista do Estado, e talvez da Amazônia e do Norte. Supre as necessidades do mercado nacional [...], que os seus próprios plantadores chamam de diamante negro”³³. Além de indicar o sucesso da experiência cooperativista, divulgaram-se os projetos futuros e aquilo que coroava todo o empreendimento agrícola: o diamante negro.

³¹ As informações que nos permitiram sintetizar a abordagem tratada acima foram publicadas em três reportagens, discutindo a presença japonesa na Amazônia: *A Província do Pará*. Belém, n. 17.461, 11 dez. 1954; *A Província do Pará*. Belém, n. 17.462, 12 dez. 1954; *A Província do Pará*. Belém, n. 17.464, 14 dez. 1954.

³² *A Província do Pará*. Belém, n. 17.464, 14 dez. 1954. p. 9.

³³ *A Província do Pará*. Belém, n. 17.464, 14 dez. 1954. p. 9.

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 214-241. ISSN: 1808-8031

A então desacreditada colônia foi convertida no mais expressivo projeto agrícola do Pará. Um dos subtítulos comunicados no periódico justamente dizia que “[...] o empreendimento temerário de 29 é hoje a mais próspera colônia agrícola”³⁴. Assim, o quarto de século de sua existência favoreceu para que demandas voltadas aos benefícios econômicos e a emancipação política de Tomé-Açu entrassem nas pautas dos interesses da cooperativa.

Embaladas pelo ensejo a CAMTA não poupava convites, e dezenas de autoridades com cabedais variados apareciam nos informativos publicados pelos periódicos. Ali se destacavam os nomes e as funções dos representantes que seguiam a colônia, embalados pelo clima festivo:

[...] os Convidados: domingo, à tarde, conforme estava programado, deixaram o porto desta cidade rumo a Tomé-Açu as lanchas “Antonia” e “Maruá”, levando a bordo os convidados da Cooperativa Mista de Tomé Açú, [...] Às 8 horas, descia no campo de pouso de Tomé-Açu um avião da Força Aérea Brasileira, conduzindo o governador Zacarias de Assumpção, que se fazia acompanhar do brigadeiro Antonio Cabral, comandante da 1ª Zona Aérea, do sr. e sra. Tomiya Koseki, cônsul do Japão em nosso Estado, sendo recebido com demonstrações de carinho por parte da colônia japonesa, assim como de grande parte da população brasileira de Tomé-Açú, que compareceu ao aeroporto, afim de prestar especial homenagem ao Chefe de Estado³⁵.

Com isso, embora as homenagens fossem dedicadas à terra natal por meio do hasteamento do pavilhão e do hino cantado em japonês, por membros da cooperativa, o destaque mais significativo coube às crianças nascidas no Pará, encarregadas de prestar as honras maiores ao Brasil. Uma das reportagens expressava o que esse momento em particular causou nos presentes, afirmando que “[...] os alunos da Escola Mista da Cooperativa, quase em sua totalidade nipo-brasileiros, entoaram o Hino Brasileiro com tamanho ardor cívico, que deixou todos que ali estavam profundamente emocionados”³⁶. Acrescentava ainda mais um espanto da comitiva, pois os alunos conhecedores do idioma dos pais se mantiveram em silêncio quando o hino japonês era cantado pelos adultos.

A relação que o cooperativismo escolar exercia nesse momento, no qual os resultados daquilo que vinha dando tornavam-se também objeto de divulgação, apareciam também em momentos anteriores. Na agenda de Bruno de Menezes, na qualidade de representante do Departamento de Cooperativismo e Assistência Social Rural, foi incluída

³⁴ *A Província do Pará*. Belém, n. 17.464, 14 dez. 1954. p. 9.

³⁵ *A Província do Pará*. Belém, n. 17.464, 14 dez. 1954. p. 9.

³⁶ *A Província do Pará*. Belém, n. 17.440, 17 nov. 1954. p. 7.

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 214-241. ISSN: 1808-8031

uma pauta que pedia “[...] examinar e apurar o resultado dos exames finais”³⁷, da escola cooperativista “Fábio Luz”³⁸, o que ocorreu no final do ano letivo de 1952, mais um momento festivo o do 23º aniversário do CAMTA, representando mais uma oportunidade para evidenciar resultados bem estruturados de uma colonização alicerçada no coletivismo.

Vimos que Bruno de Menezes concedia grande importância ao tema, sendo objeto de reflexão em vários textos (MENEZES, 1940). Nesse sentido, atestava-se o destaque ao cooperativista Fábio Luz em função de sua contribuição para promover em termos do cooperativismo escolar. Também em novembro de 1954 uma reportagem, relativamente longa, versou acerca da necessidade de ampliar o número de cooperativas escolares, por meio de um balanço histórico dos acontecimentos ligados ao associativismo voltado à educação. Entre os acenos do texto, um em especial era bastante enfático: “[...] obstáculos que se erguem, travando a marcha do movimento Fábio Luz, o Pioneiro”³⁹

Nesse contexto, todas as oportunidades surgidas faziam parte das estratégias de se ampliar o alcance dos negócios cooperativistas em solo paraense, evidenciando, portanto, resultados concretos (MENEZES, 1993, p. 431). O desfile das escolas da região atendia a uma agenda oficial de celebrações, pela necessidade cívica de prestar homenagens aos representantes do estado, por buscarem parcerias para a emancipação política da colônia. Entretanto, a mensagem que ratificava a força do empreendimento associativista surgia por meio da “[...] parada de veículos motorizados. Cerca de 30 tratores e 45 caminhões desfilaram perante o palanque oficial”⁴⁰.

Sem dúvida alguma, a quantidade de máquinas ali presentes chamou atenção do veículo de comunicação. Em função do destaque conferido ao maquinário, em uma colônia do interior do estado havia algo que vinha dando certo naquela localidade. O evento era capaz de reunir homens públicos para prestigiar um momento singular naquela história, apontando o crescimento que os agricultores japoneses e os seus descendentes haviam consolidado. Por isso, o desfile de caminhões e tratores era um elemento que não podia ser visto de forma isolada, pois expressava uma relação que Bruno de Menezes defendia no manejo das terras amazônicas, isto é, de métodos mais racionais ao cultivo.

Com isso, a motorização do campo, na opinião de Bruno de Menezes, demonstrava o esforço do associativismo dos agricultores, que não só dividiam os custos de manutenção, como colhiam os dividendos pela contribuição que traziam à propriedade rural:

³⁷ *A Província do Pará*. Belém, n. 16.725, 2 dez. 1952. p. 4.

³⁸ *A Província do Pará*. Belém, n. 16.705, 12 nov. 1952.

³⁹ *A Província do Pará*. Belém, n. 16.705, 12 nov. 1952. p. 4.

⁴⁰ *A Província do Pará*. Belém, n. 17.440, 17 nov. 1954. p. 7.

Daí se conclue que as máquinas, pertencendo à cooperativa, a aplicação das mesmas é coletiva e leva o lavrador a interessar-se pela mecanização, porque a doutrina, a ciência econômica do sistema, arejando a sua fraca mentalidade, o faz compreender que os benefícios serão diferentes e muito mais produtivos os seus ganhos⁴¹.

No conjunto de informações levadas à imprensa pela CAMTA, algumas imagens tentavam atingir propósitos similares, em termos de construção de uma relação positiva com as autoridades. Tal símbolo se fazia presente na forma de propagandas, sugerindo a afirmação de uma orientação dos cooperados em posicioná-la não como esforço de estrangeiros, mas de cidadãos empenhados com o progresso e o crescimento do país. Isso se materializava em uma composição que ora colocava o emblema nacional no centro, ora os agentes do Estado em meio a elementos que chamavam atenção de algum aspecto da cooperativa, seja o nome da sociedade, plantações, seja uma sede agrícola ou até mesmo o diamante negro. Vejamos essa relação a partir da seguinte imagem:

Figura 1 - Propaganda da C.A.M.T.A: Homenageando a pátria por meio da cultura da pimenta do reino



Fonte: *A Província do Pará*⁴².

As palavras de ordem eram *Viva o Brasil!*, *Avante Brasil!*. A mensagem trazia o apelo ao recrudescimento econômico, que, por seu turno, traduziam o esforço de respaldar as ações da cooperativa, não como intento de japoneses, mas de cidadãos paraenses preocupados

⁴¹ *A Província do Pará*. Belém, n. 16.427, 8 fev. 1952. p. 4.

⁴² *A Província do Pará*. Belém, n. 17.402, 10 out. 1954.

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 214-241. ISSN: 1808-8031

com o crescimento da região, que não negavam as suas origens, mas entendiam a contribuição que eles e os descendentes, nascidos no Pará, haviam desempenhado nesse processo de colonização. Por isso, os elementos expostos no jornal indicavam o pertencimento ao país no qual trabalhavam.

Os meses finais de 1954 embalaram uma propaganda que trouxe maior visibilidade tanto aos negócios movimentados quanto à participação dos filhos do sol nascente no Pará – ideia encampada, por sinal, por Fernando de Castro em três artigos⁴³. Nos textos, foram demonstrados os objetivos da migração nipônica, a partir da retrospectiva de alguns acontecimentos, que tentavam estabelecer um viés histórico mais amplo, uma vez que não se restringia apenas as ações em solo paraense. O balanço indicava que os primeiros japoneses aportariam no norte do país no final do século XIX, enfatizando conjuntamente a presença nos estados do Pará e do Amazonas. Nomes de representantes do país oriental, informações sobre as localizações das terras recebidas e as tentativas agrícolas de “[...] aclimação da juta da índia na várzea amazonense”⁴⁴ integravam as argumentações dos artigos. No caso da adaptação dessa variedade de juta, recebiam por parte dele as adjetivações de um feito milagroso.

Os textos de Bruno de Menezes destacavam o espírito de fraternidade que os esforços de brasileiros e japoneses consolidavam na Amazônia, afirmando ainda nada ser mais justo do que celebrar o momento pela solidez das relações que os aproximava. Ele enfatizava também não apenas os créditos ao dinamismo da atividade comercial impulsionada pela Cooperativa de Tomé-Açu, mas os componentes sociais que os cooperados estavam implantando na região, beneficiando os moradores da localidade.

A abordagem que fazia voltava-se aos novos estímulos migratórios a partir da atração de mais contingentes populacionais na Amazônia, em razão dos acordos firmados pela SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia⁴⁵ para que

⁴³ *A Província do Pará*. Belém, n. 17.461, 11 dez. 1954; *A Província do Pará*. Belém, n. 17.462, 12 dez. 1954; *A Província do Pará*. Belém, n. 17.464, 14 dez. 1954.

⁴⁴ *A Província do Pará*. Belém, n. 17.464, 14 dez. 1954. p. 6.

⁴⁵ A SPVEA constou como um desses arranjos, fomentadores de interesses diversos entre os estados atingidos pelo programa varguista, acerca do qual a Amazônia foi vista em uma nova reordenação constantemente propagandeada nos uso do termo *valorização*, correspondendo também a um discurso das autoridades, que viam no desenrolar do projeto como aglutinador de uma nova mentalidade sobre o uso dos recursos florestais, a partir da qual o homem da Amazônia seria valorizado e que o espaço viveria uma nova era de prosperidade econômica e social. Assim, os três primeiros anos da década de 1950 embalaram centenas de reportagens explorando o assunto, com boa parte dela por nós recolhida por meio do recurso digital, já que saíam no bojo das discussões cooperativistas, fazendo com que Pará e Amazonas disputassem recursos, rivalizassem a fim de ampliar o raio das participações e das indicações de nomes para cargos de maiores barganhas políticas. Entre os nomes surgidos, o de Arthur César Ferreira Reis se fez destacou, justamente por ter sido o primeiro superintendente da valorização da Amazônia. Tal escolha que começara a se esboçar nos primeiros anos desse contexto. Essa

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 214-241. ISSN: 1808-8031

novas áreas fossem estudadas pelo INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e a fim de que novos núcleos regionais fossem implantados. Posicionava-se ainda no sentido de que uma das situações que favoreciam a *Colonização nipo-amazônica*⁴⁶ era a localização em áreas apropriadas e o apoio desde a saída pelas organizações migratórias de seu país. Desse modo, as opiniões que se firmaram nesse contexto primaram não apenas em validar a qualidade do trabalho desenvolvido pelos japoneses, cuja comprovação eram os núcleos onde estavam assentados, como concordavam no fato da “[...] maturidade agremiativa que possuem”⁴⁷. Nessa perspectiva, a tônica que se imprimiu foi a de evidenciar uma narrativa propagandística, cujos resultados tentavam silenciar os críticos do cooperativismo em solo paraense.

Considerações finais

O cooperativismo gestado na Amazônia, especificamente no estado do Pará, foi pensado pela ótica daqueles que se esforçaram para constituir um projeto que previa resultados por meio do esforço coletivo, como foi o caso de Bruno de Menezes. Essa lógica nos permite reconhecer a posição do autor como um dos principais nomes que contribuíram com o advento do sistema mutualista na região, principalmente pela apresentação de resultados concretos à sociedade paraense entre as décadas de 1940 e 1950.

Para Motta (2006, p. 132-133), as concepções alicerçadas nas pautas associativistas tendem a ver os sujeitos sociais, que tanto contribuíram com a questão, como “meros ideólogos” da “causa”. Desse modo, a historiadora considera que tais visões necessitam ser ampliadas a fim de observar as ações efetivas que realizaram para fortalecer a luta. Assim, pode-se considerar a militância de Bruno de Menezes ultrapassava esses limites ideológicos e se consolidava em seu projeto de criação, ampliação e divulgação das ideias cooperativistas. As ações mutualistas de Bruno de Menezes multiplicaram entidades que se adequavam as necessidades dos grupos, auxiliados nas visitas oficiais do SAC. Os documentos produzidos pela imprensa nos permitiram ainda observar as adequações a diferentes espaços – aquelas voltadas ao meio urbano redundariam em cooperativas de consumo, que se adequavam aos proventos escassos de operários e funcionários públicos,

referência se destacou também por ser um expressivo conhecedor da Amazônia, intelectual e historiador que profundamente a estudou em diversas feições e recortes históricos.

⁴⁶ *A Província do Pará*. Belém, n. 17.458, 8 dez. 1954.

⁴⁷ *A Província do Pará*. Belém, n. 17.458, 8 dez. 1954. p. 4.

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 214-241. ISSN: 1808-8031

estimulando a compra coletiva, o fornecimento de mercadorias a um preço justo e a divisões das sobras líquidas.

Já nas adequações direcionadas aos lavradores, entrava em cena a junção de esforços, em geral entre os praticantes de uma mesma cultura agrícola, semelhante às de produtores de fumo e de pimenta do reino. Nessa articulação, fazia-se presente nos comentários de Bruno de Menezes a formação de uma mentalidade agremiativa voltada ao enfrentamento da individualidade, destacada como principal problema da estagnação agrícola na Amazônia. O caixa rural visava à formação de crédito agrícola, com o objetivo de diminuir o custo da compra de sementes e máquinas agrícolas – caso observado na Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu CAMTA, na qual as marcas de um agrarismo bem alicerçado se tornava perceptível nos apontamentos do autor em relação à colônia japonesa.

Portanto, o nosso estudo propôs conectar as produções que se encontram esparsas, tanto pela sequência dos anos, na primeira metade do século XX, em especial na década de 1950, como pelos locais em que foram trazidas a público. O intuito foi o de sistematizar algumas dessas discussões a fim de que a reflexão cooperativista, contida nos escritos de Bruno de Menezes, fosse observada em uma articulação que levasse em conta o aspecto da militância doutrinária aliada à atividade desempenhada como agente público. Assim, ao trabalhar com a execução de projetos dessa matéria, acrescentava ingredientes de experiência política e percepções do espaço rural Amazônico. O grau de especialização que detinha sobre o assunto lhe facultou a multiplicação das ações cooperativistas, por conseguinte, a apresentação de resultados práticos a sociedade paraense.

Referências

Documentos

a)Arquivos

BIBLIOTECA ARTHUR VIANA- FUNDAÇÃO CULTURAL TANCREDO NEVES.
Diário Oficial do Estado. Belém, coleções: out. 1930 - nov. 1937.

BIBLIOTECA ARTHUR VIANA- FUNDAÇÃO CULTURAL TANCREDO NEVES.
Diário Oficial do Estado. Belém, coleções: nov. 1937 - mar. 1947.

BIBLIOTECA ARTHUR VIANA- FUNDAÇÃO CULTURAL TANCREDO NEVES.
Diário Oficial do Estado. Belém, coleções: mar. 1947 – out. 1960.

b) Jornais

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 214-241. ISSN: 1808-8031

- O Estado do Pará*. Belém, n. 11.418, 19 abr. 1944.
- A Província do Pará*. Belém, n. 15.876, 12 ago. 1950.
- A Província do Pará*. Belém, n. 16.099, 23 mar. 1951.
- A Província do Pará*. Belém, n. 16.135, 28 abr. 1951.
- A Província do Pará*. Belém, n. 16.228, 2 ago. 1951.
- A Província do Pará*. Belém, n. 16.261, 4 set.1951.
- A Província do Pará*. Belém, n. 16.270,13 set. 1951.
- A Província do Pará*. Belém, n. 16.329, 11 nov. 1951.
- A Província do Pará*. Belém, n. 16.338, 20 nov. 1951.
- A Província do Pará*. Belém, n. 16.427, 8 fev. 1952.
- A Província do Pará*. Belém, n.16.663, 1 out. 1952.
- A Província do Pará*. Belém, n. 16.705, 12 nov. 1952.
- A Província do Pará*. Belém, n. 16.725, 2 dez. 1952.
- A Província do Pará*. Belém, n. 16.727, 4 dez. 1952.
- A Província do Pará*. Belém, n. 16.800, 15 fev. 1953.
- A Província do Pará*. Belém, n. 16.838, 25 mar.1953.
- A Província do Pará*. Belém, n. 17.038, 11 out. 1953.
- A Província do Pará*. Belém, n. 17.189, 11 mar. 1954.
- A Província do Pará*. Belém, n. 17.351, 20 ago. 1954.
- A Província do Pará*. Belém, n. 17.378, 16 set. 1954.
- A Província do Pará*. Belém, n. 17.402, 10 out. 1954.
- A Província do Pará*. Belém, n. 17.437, 14 nov.1954.
- A Província do Pará*. Belém, n. 17.440, 17 nov. 1954.
- A Província do Pará*. Belém, n. 17.458, 8 dez. 1954.
- A Província do Pará*. Belém, n. 17.461, 11 dez. 1954.
- A Província do Pará*. Belém, n. 17.462, 12 dez.1954.
- A Província do Pará*. Belém, n. 17.464, 14 dez.1954.
- A Província do Pará*. Belém, n. 17.677, 15 jul. 1955.
- A Província do Pará*. Belém, n. 17.931, 25 mar. 1956.
- O Diário do Pará*. Belém, n. 25.970, 25 mar. 1993.

Bibliografia

BRUNO, Regina. O estatuto da terra: entre a conciliação e o confronto. *Revista Sociedade e Agricultura*, v. 2, n. 2, p. 5-31, 1995.

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 214-241. ISSN: 1808-8031

CASTRO, Ribamar. *Atos dos governadores: 1947 a 1951*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2014. v. 14.

CENZI, Nerii Luiz. *Cooperativismo: desde as origens ao Projeto de Lei de Reforma do Sistema Cooperativo Brasileiro*. Curitiba: Juruá, 2011.

DEMO, Pedro. *Solidariedade como efeito de poder*. São Paulo: Cortez, 2002.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Rubra Poesia: Bruno de Menezes, anarquista, 1913-1923. *Asas da Palavra – Revista de Graduação em Letras*. Belém: Unama, v. 10, n. 21, p. 69-78, 2006.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Os vândalos do apocalipse e outras histórias: arte e literatura no Pará dos anos 20*. Belém: IAP, 2012.

MENEZES, Bruno de. *Obras completas de Bruno de Menezes*. Belém: Secretaria Estadual de Cultura: Conselho Estadual de Cultura, 1993.

MOTTA, Márcia. *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOURÃO, Leila. Cooperativismo paraense: história e memória. In: ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO- AMERICANO DE COOPERATIVISMO, 5., 2008, Ribeirão Preto. *Anais [...]*, São Paulo, 2008. p. 1-16.

MOURÃO, Leila. Cooperativismo: utopias, realidades e avatares. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 23, n. 1, p. 41-55, 2013.

NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo: Estado Imperial e agricultura na Amazônia*. 2011. 304 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano de Farias. A reforma agrária em debate na abertura política (1985 -1988). *Tempos Históricos*, v. 22, p.161-183, 2. sem., 2018.

PINHO, Diva Benevides. *O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro*. São Paulo: CNPQ, 1982.

ROCHA, Alonso. Bruno de Menezes: traços biográficos. In: ROCHA, Alonso *et al.* *Bruno de Menezes ou sutileza da transição: ensaios*. Belém: CEJUP, Universidade Federal do Pará, 1994. p. 7-36.

SINGER, Paul. *Introdução a economia solitária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores*. São Paulo: Paz e Terra, 2012. v. 3.